

Para cada uma das questões a seguir, marque a única opção correta, de acordo com o respectivo comando, utilizando, para as devidas marcações, a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

8 – ASPECTOS JURÍDICOS DE NEGÓCIOS BANCÁRIOS

QUESTÃO 1

Com referência a capacidade e personalidade jurídica das pessoas naturais, pátrio poder, tutela e curatela, assinale a opção correta.

- A A personalidade civil é algo que os menores de idade adquirem quando completam dezoito anos de idade ou quando são emancipados pelos pais.
- B Os viciados em tóxicos, ainda que maiores de idade, podem ser considerados relativamente incapazes para a prática de certos atos quando, em função do vício, tenham discernimento reduzido.
- C A sucessão definitiva de determinada pessoa somente pode ser aberta com a confirmação absoluta de sua morte, não sendo viável, no ordenamento jurídico pátrio, a declaração da morte presumida para tal finalidade.
- D Em razão da equiparação do casamento à união estável, é dispensado o seu registro ou a averbação de sua dissolução no registro civil das pessoas naturais.
- E Cessarão, para o menor com quatorze anos de idade completos, os efeitos da incapacidade, desde que ambos os pais assim o autorizem mediante a lavratura de instrumento público.

QUESTÃO 2

Acerca da disciplina jurídica do cheque, da duplicata e da nota promissória, assinale a opção correta.

- A É possível o endosso parcial desses títulos.
- B Diferentemente dos títulos de crédito em tela, o cheque não admite aval.
- C Após o decurso do prazo para apresentação do cheque, o banco sacado não poderá pagá-lo.
- D A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.
- E A duplicata mercantil, considerando a autonomia dos títulos de crédito, é título executivo extrajudicial mesmo sem o aceite do sacado ou o comprovante de entrega da mercadoria.

QUESTÃO 3

Assinale a opção correta com referência à disciplina jurídica dos títulos de crédito cedulares rural, comercial e industrial.

- A Segundo jurisprudência dominante nos tribunais brasileiros, para esses títulos de crédito, a taxa de juros remuneratórios é limitada a 12% ao ano, à míngua de autorização do Conselho Monetário Nacional.
- B Para esses títulos, é indevida a pactuação de juros capitalizados em periodicidade inferior à anual antes do advento da Medida Provisória n.º 2.170-36/2001, que introduziu essa possibilidade no ordenamento jurídico brasileiro.
- C Para esses títulos, em caso de inadimplência, é devida a comissão de permanência.
- D Na cédula de crédito rural pignoratícia, os bens dados em garantia são imediatamente transferidos para a posse do credor.
- E As cédulas de crédito rural pignoratícias têm eficácia contra terceiros, independentemente de inscrição no cartório de registro de imóveis da circunscrição em que estejam localizados os bens apenhadados.

QUESTÃO 4

Com relação à ordem de preferência dos créditos no regime falimentar, assinale a opção correta.

- A As multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas não podem ser reclamadas da massa falida.
- B Os dividendos dos sócios e administradores não pagos pela empresa falida são créditos subordinados e, dada a sua natureza alimentar, têm *status* de crédito trabalhista.
- C Os créditos das instituições financeiras garantidos por hipoteca devem ser pagos, até o limite do valor da garantia, logo após os créditos trabalhistas de até cento e cinquenta salários mínimos.
- D Os créditos quirografários decorrentes do saldo dos créditos trabalhistas que excederem cento e cinquenta salários mínimos serão pagos antes dos créditos com privilégio geral.
- E As multas tributárias, devido à sua natureza, devem ser pagas juntamente com o crédito tributário a que se refiram.

QUESTÃO 5

Considerando a generalidade dos contratos bancários, as modalidades de extinção de obrigações e o inadimplemento, assinale a opção correta.

- A A compensação é uma forma de extinção de obrigações pela contratação de nova obrigação.
- B Nos contratos bancários, na hipótese de expressa e prévia ciência do consumidor, a multa moratória decorrente do inadimplemento de obrigações pode ser pactuada no limite de até 10% do valor da prestação.
- C De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência pode ser cumulada com os juros de mora, devido à natureza distinta desses encargos.
- D De acordo com o Código Civil de 2002, quando os juros moratórios não forem convencionados ou o forem sem taxa estipulada ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à fazenda nacional, sendo essa taxa, segundo definição do Superior Tribunal de Justiça, a SELIC.
- E Em caso de inexistir expressa pactuação da taxa de juros remuneratórios em determinado contrato de financiamento, prevalecerá o limite de 12% ao ano, estabelecido na Lei de Usura e no Código Civil.

QUESTÃO 6

Atos normativos primários, elaborados pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou pelo Congresso Nacional, para veicular determinadas matérias de sua competência, definidas, em regra, pelos respectivos regimentos internos, são

- A leis ordinárias.
- B leis complementares.
- C emendas constitucionais.
- D medidas provisórias.
- E resoluções.

QUESTÃO 7

Segundo dispõe o Código Civil, a incapacidade civil do menor de idade cessará quando este

- A for aprovado em vestibular de universidade pública.
- B passar a morar sozinho em imóvel alugado pelos pais.
- C registrar um imóvel em seu próprio nome.
- D casar-se.
- E tiver um filho.

QUESTÃO 8

O universo de entes caracterizados como pessoas jurídicas de direito privado inclui

- A a União.
- B o estado de São Paulo.
- C um partido político brasileiro.
- D a Fundação Nacional do Índio.
- E o Instituto Nacional do Seguro Social.

QUESTÃO 9

Se um edifício, adquirido por uma prefeitura, for destinado ao estabelecimento da administração municipal, referido imóvel será um exemplo de bem

- A privado.
- B público de uso especial.
- C público de uso comum do povo.
- D sujeito a usucapião.
- E alienável.

QUESTÃO 10

A respeito dos títulos de crédito, assinale a opção correta segundo o Código Civil.

- A A data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere e a assinatura do emitente constituem requisitos do título de crédito.
- B O título de crédito que não contenha indicação de vencimento deve ser quitado no prazo de quinze dias.
- C O lugar de pagamento do título, quando este não o indicar, será o do domicílio do destinatário.
- D A lei proíbe a emissão de títulos de crédito a partir de caracteres criados em computador.
- E A inserção de cláusula proibitiva de endosso no título de crédito será plenamente válida e eficaz.

QUESTÃO 11

No curso das relações jurídicas travadas entre instituições financeiras e correntistas, é comum que aquelas utilizem diferenciados mecanismos de cobranças de dívidas. No que se refere a esse assunto e à disciplina da cobrança de dívidas prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

- A Na cobrança de dívidas vencidas, o consumidor inadimplente não pode ser exposto a ridículo, nem a ameaça, mas pode ser submetido a constrangimento moderado, devidamente justificado.
- B Se for cobrado em quantia indevida, o consumidor terá direito à repetição do indébito por valor igual a dez vezes o que pagar em excesso, acrescido de correção monetária.
- C Por expressa disposição legal, o CDC não pode ser aplicado às relações estabelecidas entre as instituições financeiras e seus clientes, no que se refere à cobrança de dívidas.
- D Se o agente de uma instituição financeira utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas, incorretas ou enganosas, expondo o correntista, injustificadamente, a ridículo, cometerá mera infração administrativa.
- E No documento de cobrança de débito apresentado ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no cadastro de pessoa física (CPF) ou no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) do fornecedor do produto ou serviço correspondente.

QUESTÃO 12

A respeito do Estatuto do Idoso, assinale a opção correta.

- A** Considera-se idosa a pessoa com idade igual ou superior a setenta anos.
- B** O atendimento preferencial é garantido ao idoso, no entanto não é assegurado atendimento imediato em órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
- C** Aos idosos serão reservados, nos termos da lei local, 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados.
- D** Ao idoso será priorizado o atendimento asilar, em detrimento do atendimento familiar, uma vez que esses estabelecimentos possuem melhores condições de instalação para as necessidades das pessoas idosas.
- E** O idoso que necessite pleitear alimentos em juízo e que tenha mais de um descendente somente poderá formular requerimento contra o descendente que possua melhores condições financeiras.

QUESTÃO 13

Com relação ao direito tributário, assinale a opção correta.

- A** A imunidade sobre o patrimônio e a renda dos partidos políticos abrange os impostos, as taxas e as contribuições.
- B** No âmbito federativo, um estado pode delegar as funções de arrecadar tributos de sua competência para outro estado.
- C** Se determinado ente da Federação não exercer a competência tributária que lhe foi constitucionalmente atribuída, essa competência poderá ser deferida a outra pessoa jurídica de direito privado.
- D** Aos entes da Federação é vedada a instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros, sendo essa vedação extensiva às sociedades de economia mista, tais como o Banco do Brasil S.A.
- E** A imunidade dos templos de qualquer culto abrange sempre a integralidade do patrimônio, renda ou serviços dessas entidades.

QUESTÃO 14

O tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, é denominado

- A** contribuição de melhoria.
- B** taxa de serviço.
- C** imposto.
- D** empréstimo compulsório.
- E** contribuição especial.

QUESTÃO 15

Assinale a opção correta no que concerne ao sigilo das operações de instituições financeiras.

- A** As normas que disciplinam o sigilo bancário não são aplicáveis às empresas de fomento comercial ou *factoring*.
- B** A troca, em qualquer circunstância, de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, constitui violação do dever de sigilo.
- C** A quebra de sigilo bancário pode ser decretada apenas para apuração de ocorrência dos crimes de terrorismo, tráfico ilícito de entorpecente, tráfico de armas e lavagem de dinheiro.
- D** É inadmissível que o dever de sigilo abranja o Banco Central do Brasil, em relação às operações que realizar e às informações que obtiver no exercício de suas atribuições.
- E** Instituição financeira não pode opor o dever de sigilo ao Banco Central do Brasil quando este, no exercício de suas atribuições, estiver apurando a prática de ilícito por prepostos ou gerente de instituição financeira.

QUESTÃO 16

Com relação a contratos em espécie e negócios jurídicos a que correspondem esses contratos, assinale a opção correta.

- A** Nos contratos de prestação de serviços regidos pelo Código Civil, não se poderá convencionar a prestação por mais de três anos, sob pena de se afrontar o princípio da inalienabilidade da liberdade humana.
- B** O contrato de abertura de crédito distingue-se do contrato de mútuo propriamente dito, porque, neste último, o banco entrega o dinheiro ao cliente, que se torna de imediato seu titular, e, naquele, há a outorga do direito de utilização do crédito.
- C** O contrato de compra e venda somente pode ter por objeto coisa atual, ficando sem efeito o contrato feito sobre coisa futura, ainda que venha a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.
- D** As operações de arrendamento mercantil subordinam-se ao controle e à fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, segundo normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, a elas se aplicando, no que couber, as disposições do Código Civil e legislação posterior relativa ao Sistema Financeiro Nacional.
- E** Aprovado o pedido de empréstimo bancário, com o exame da ficha cadastral e da situação patrimonial do requerente, o banco libera o objeto do mútuo, que pode ser dinheiro, ações ou outra coisa móvel, ao seu cliente, que se obriga a restituí-lo, no prazo avençado, com a mesma coisa, acrescida de juros e comissões, na forma pactuada em contrato.

QUESTÃO 17

Acerca do contrato de mandato e suas características, assinale a opção correta.

- A** No contrato de mandato com representação, o mandatário age em seu próprio nome e responsabilidade, por conta e ordem do mandante para aquisição ou venda de bens pelo mandatário.
- B** Não é juridicamente possível se convencionar mandato com cláusula de irrevogabilidade, sendo ineficaz o instrumento de procuração que contenha essa determinação.
- C** Se dois mandatários nomeados na mesma procuração forem expressamente declarados conjuntos, os poderes outorgados deverão ser exercidos simultaneamente pelos dois procuradores, sendo ineficaz o ato praticado por um só deles, ainda que convalidado pela ratificação feita pelo mandante.
- D** Conferido o mandato com a cláusula “em causa própria”, a sua revogação não terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer uma das partes, podendo o mandatário transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, obedecidas as formalidades legais.
- E** O mandato em termos gerais só confere ao mandatário poderes para administrar, alienar, hipotecar, transigir e firmar compromissos, também conhecidos na doutrina como poderes da administração ordinária.

QUESTÃO 18

Assinale a opção correta com relação aos títulos de crédito.

- A** O novo Código Civil, ao entrar em vigor, passou a disciplinar taxativamente todas as espécies de títulos de crédito existentes, revogando as disposições contidas em leis especiais anteriores.
- B** Os requisitos essenciais para a caracterização de um título de crédito como nota promissória, nos termos do Código Civil, são apenas a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere e a assinatura do emitente.
- C** O emitente de cheque não pode proibir, mediante a inscrição no título, que o cheque seja pago em numerário, o que obrigaria o sacado a proceder a lançamento contábil (crédito em conta, transferência ou compensação), que vale como pagamento.
- D** A cédula de crédito bancário deve ser emitida por escrito, em tantas vias quantas forem as partes que nela intervierem, assinadas pelo emitente e pelos terceiros garantidores, se existirem, sendo todas as vias, exceto a do devedor, negociáveis.
- E** A cédula de produto rural é título líquido e certo, exigível pela quantidade e qualidade de produto nela previsto, ou pelo seu saldo, no caso de cumprimento parcial, podendo ser emitida com ou sem garantia cedularmente constituída.

QUESTÃO 19

No que concerne às pessoas naturais e jurídicas e às suas formas de atuação nos negócios bancários, assinale a opção correta.

- A** Aquele que, em instrumento particular de interdição assinado por todos os filhos e pelo cônjuge de pessoa correntista de instituição financeira, detiver a qualidade de curador pode movimentar a conta-corrente do interditado desde que compareça pessoalmente à agência em que a conta é mantida.
- B** A emancipação por outorga dos pais em instrumento particular que contenha a assinatura de duas testemunhas faz cessar a menoridade do menor que tiver dezesseis anos completos, situação que o torna apto a praticar validamente todos os atos da vida civil.
- C** O incapaz pode, por meio de representante, ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz ou por seus pais, havendo autorização judicial para tanto.
- D** É facultado aos cônjuges casados sob quaisquer regimes de bens contratar, entre si, sociedade empresária ou simples, exceto no caso de casamento celebrado no regime da separação obrigatória de bens de que trata o Código Civil.
- E** Qualquer que seja o regime de bens, o empresário casado não pode, sem autorização conjugal, alienar e gravar com ônus real os bens imóveis que pertençam à empresa.

QUESTÃO 20

Acerca dos direitos de garantia, é correto afirmar que

- A** o penhor comum constitui-se pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor, faz o devedor de coisa móvel, devendo seu instrumento ser levado a registro, por qualquer dos contratantes, no ofício de registros competente.
- B** a caução de créditos garantidos por hipoteca ou penhor especial está subordinada à averbação na folha do registro do serviço registral de títulos e documentos competente.
- C** o penhor incidente sobre ações de sociedades anônimas será registrado no cartório de registro de imóveis da circunscrição em que se achem situadas as sociedades emissoras das ações.
- D** a alienação fiduciária em garantia é direito real cuja eficácia perante terceiros independe de registro de seu instrumento em cartório de registros públicos.
- E** a constituição válida de mais de uma hipoteca sobre um mesmo bem imóvel pressupõe que os beneficiários sejam pessoas distintas entre si.